

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME L • 2011

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual

Todos os artigos são submetidos à avaliação por pares (*peer review*)

DIRECTORA

RAQUEL VILAÇA

SECRETÁRIO

JOSÉ LUÍS MADEIRA

CONSELHO DE REDACÇÃO

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ

HELENA GOMES CATARINO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

MARIA CONCEIÇÃO LOPES

PEDRO C. CARVALHO

VASCO GIL MANTAS

CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY (Université de Poitiers)

ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)

GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (CSIC- Madrid)

JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)

LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia)

MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)

MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidad Complutense de Madrid)

MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)

TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museo Nacional de Arte Romano)

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM

JOSÉ LUÍS MADEIRA

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO

EUNICE DIONÍSIO

IMPRESSÃO: Sersilito, Empresa Gráfica, Lda.

ISSN: 0084-9189

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95

ANO 2014

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida a:

DIRECTORA da CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS
3000 – 395 COIMBRA | PORTUGAL
conimbriga.revista@uc.pt

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Museu Monográfico de Conimbriga, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

ADRIAAN DE MAN

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa

MARIA PILAR REIS

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

A PROPÓSITO DE UMA OBRA RECENTE SOBRE O PERÍODO TARDO-ANTIGO E MEDIEVAL EM CONÍMBRIGA

REFLECTIONS ABOUT A RECENT BOOK ON THE LATE-ANTIQUITY AND MEDIEVAL PERIODS IN CONÍMBRIGA

“Conimbriga” L (2011) p. 127-146

RESUMO: A série “Archaeological Studies on Late Antiquity and Early Medieval Europe” publicou recentemente uma obra de conjunto, editada por J. L. Quiroga, sobre “Conimbriga Tardo-antiga y medieval”, onde se propõe uma reinterpretação global da necrópole e da chamada basílica paleo-cristã de Conimbriga. Os autores fazem uma análise crítica da obra, conjugando os novos dados apresentados, o conhecimento sobre o sítio que não é vertido na obra e as teorias, novas e tradicionais, sobre o monumento.

PALAVRAS-CHAVE: Conimbriga, Tardo-Antiguidade, Alta idade Média, Basílica Paleocristã

ABSTRACT: The series “Archaeological Studies on Late Antiquity and Early Medieval Europe” recently published a book, edited by J. L. Quiroga, about “Conimbriga Tardo-antiga y medieval” [Late-antique and medieval Conimbriga], where a new interpretation of the necropolis and of the so-called palaeo-Christian basilica of Conimbriga is proposed. The authors proceed to a critical analysis of the work, bringing together the

newly published data, the knowledge about the site that is not brought in to the discussion by the book and the theories, both new and old, about the monument.

KEYWORDS: Conimbriga, Late-Antiquity, Early Medieval period, Palaeochristian basilica

A PROPÓSITO DE UMA OBRA RECENTE SOBRE O PERÍODO TARDO-ANTIGO E MEDIEVAL EM CONÍMBRIGA

Publicou-se recentemente a obra da responsabilidade de Jorge López Quiroga (Editor) *Conimbriga tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la domus Tancinus (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*. Oxford, Archaeopress, 2012 *British Archaeological Reports – International Series* 2466 (Archaeological Studies on Late Antiquity and Early Medieval Europe AD 400-1000 [ASLAEME] Archaeological Excavations & Catalogues 2).

O volume em apreço integra-se numa série de grande fôlego editada por Jorge López Quiroga, Artemio M. Martínez Tejera, Philippe Pergola, Patrick Perrin e Guido Vanini, que (p.1-2) dão conta dos volumes já publicados e da sua organização em sub-séries.

Em concreto, o livro recolhe os resultados de um projecto integrado no Plano Nacional dos Trabalhos Arqueológicos (BASPALCRIS) levado a cabo em Conimbriga entre 2004 e 2008, como é indicado, em que os presentes autores participaram. As circunstâncias da edição, todavia, obrigam-nos a tratar de forma crítica alguns problemas que dela emergem.

O projecto em causa, como é mais ou menos explicado na apresentação do editor (p. 5-6) foi proposto ao Museu Monográfico de Conimbriga e aceite, nos condicionalismos próprios das dependências institucionais do Museu e da legislação portuguesa (o que envolvia, à época, dois institutos diferentes, o dos Museus e o de Arqueologia), no pressuposto explícito de que, como sempre aconteceu com a colaboração internacional em Conimbriga (vejam-se as *Fouilles de Conimbriga* e todas as publicações conexas em revistas e congressos, como Alarcão e Etienne 1973, 1977, 1978, 1979, 1981, 1986), as publicações seriam conjuntas, particularmente no que diz respeito à sua edição científica. Isto não acontece por qualquer prurido nacionalista, mas sim por imperativos

de eficácia da investigação; este assunto, a que iremos regressar ao longo desta análise, é de grande importância e a publicação em apreço ficará, parece-nos, precisamente como um modelo a não seguir, dadas as manifestas carências do trabalho editorial que naturalmente caberia à parte portuguesa, do Museu Monográfico de Conimbriga, que poderia ter obviado aos erros, lacunas e confusões que permeiam o volume, fruto expectável de um processo de desenvolvimento conturbado (cf. Nota do Editor, p. 6).

O volume organiza-se em onze capítulos, de que o primeiro é da autoria do editor do volume e pretende rever a “Historia e historiografia de un yacimiento singular”. Pretende, mas não consegue, pois carece da informação básica e do mais elementar exercício de revisão de factos e datas.

Na realidade, Vergílio Correia não escavou em Conimbriga em 1873 ou em 1899, as escavações que levou a cabo em 1930 são as mesmas da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN 1948, 1964) que, todavia, não se limitaram à casa que hoje chamamos “de Cantaber”, e a sua publicação, reunida na *Acta Universitatis Conimbrigensis*, conheceu publicações anteriores (cf. Correia 1909, 1928, 1930, 1936, 1941), não tendo ficado inédita até 1974, como se afirma. E estes são os erros factuais respigados no 2º e 3º parágrafos da p. 7 (apenas).

Uma situação congénere ocorre na ilustração deste capítulo (e vai repetir-se ao longo do volume). A figura 2 não deve ser atribuída a Jorge de Alarcão, mas sim a Jean-Claude Golvin (1994); a figura 4 não tem origem nas *Fouilles de Conimbriga*, mas sim em documentação do Museu Monográfico; a figura 8 não foi retirada do artigo de Virgílio Hipólito Correia e Pedro Alarcão (2008), mas sim de Correia 2011a; a figura 10 também não foi retirada do artigo de Virgílio Hipólito Correia e Pedro Alarcão (2008), mas sim de Correia 2013 (citado pela versão disponível *on-line* de 2010); e as figuras 11 a 13 deveriam corresponder, se fossem adequadamente reproduzidas, às estampas VI a IX do artigo de Virgílio Hipólito Correia e Pedro Alarcão (2008), e não à reprodução acrítica da proposta de localização do fórum municipal flaviano feita em Correia 2009. E estes são os erros de referência identificáveis (apenas) na primeira dúzia de ilustrações do volume.

Para qualquer análise séria da historiografia, o leitor interessado deve-se remeter ao vol. VII das *Fouilles* (Alarcão *et alii* 1979), à análise de Pedro Alarcão (2009) ou, de forma mais sumária, à de V. H. Correia (2013).

O segundo capítulo é constituído por uma versão (que se quis preliminar) de um enquadramento das estruturas pré-existentes à basílica, da autoria de um de nós (VHC). O aparato bibliográfico é insuficiente e a documentação nula (para além de uma foto da árula votiva de Tancinus). O texto não deveria ter sido publicado nesta forma.

O terceiro capítulo, da autoria de outro dos presentes autores (MPR), trata da rede hidráulica e da sua gestão, no que ao edifício em causa diz respeito.

A ausência de revisão do texto, entregue em 2008, consentiu a publicação de algumas gralhas, faltas de correspondência entre a bibliografia citada e aquela geral, e legendas de figuras com erros da inteira responsabilidade do editor, pois são fruto de deficiente transcrição e não do texto original. A inexistência de uma coordenação efectiva dos conteúdos deste volume faz com que surjam importantes incongruências entre este capítulo e outros de distintos autores, como sucede (p. 283) quando se afirma que a cabeceira do edifício “tardo-antigo” foi construída sobre os vestígios de umas termas privadas anteriores às Termas da Muralha, o que não corresponde a qualquer proposta interpretativa, nem assim é referido neste terceiro capítulo, veja-se a título de exemplo o que se afirma na página 30. A página 284 também merece correcção, por contradizer o afirmado e publicado pela autora: a suposta ruína das Termas da Muralha nos inícios do século IV (datação de Artemio Martínez Tejera); este edifício público foi, sim, intencionalmente desactivado e demolido para sobre ele se construir a nova cinta murária. É pois este terceiro capítulo um verdadeiro bibelô literário nesta obra, ou pelo menos assim foi tratado pelo editor.

O quarto capítulo, da autoria de Raúl Catalán Ramos, apresenta o estudo de materiais recolhidos nas campanhas. Surpreendentemente, o autor considera-se habilitado a redigir este estudo, que se quer aprofundado, sem qualquer referência às *Fouilles de Conimbriga*, em qualquer dos seus volumes. A única referência feita (muito esporadicamente, a propósito das sigilatas africanas) é “Delgado *et alii* 1975”, que se depreende dever ser o volume IV dedicado às sigilatas, mas que não é indicado na bibliografia. Mas nem o volume V, dedicado à cerâmica comum (Alarcão 1975), nem os volumes VI (Alarcão *et alii* 1976) e VII (Alarcão *et alii* 1979), onde se encontrariam paralelos para muitos dos objectos identificados, foram manejados; criticável, em qualquer circunstância, a ausência de referência da abundante cerâmica comum à

tipologia mais completa da cerâmica de produção local é verdadeiramente desqualificante do trabalho apresentado.

A inclusão deste capítulo no volume, na condição em que ele é publicado e de que (pela nossa experiência pessoal) talvez a responsabilidade não deva ser integralmente assacada ao seu autor, revela uma perspectiva condenável: a do trabalho *in terra incognita*, que é especialmente despropositada em Conimbriga e que diminui de forma radical qualquer valia científica que se queira procurar neste livro.

O quinto capítulo é outro texto de um dos presentes autores (ADM). Refira-se desde logo que foi enviado em 2007 (como é referido, apenas com outra imprecisão cronológica, na nota 3 da p. 6), sob pretexto de publicação iminente. Quando em 2013 são recebidos alguns exemplares do livro aqui analisado, ainda se esperavam as respectivas provas, ou qualquer outro tipo de comunicação, o que ajuda a explicar diversas anomalias, próprias de textos não revistos e entretanto desactualizados. Os anos de indefinição total quanto à edição conduziram à utilização de trechos e ideias, que foram sendo publicados noutros locais com ligeiras adaptações (a título de exemplo, De Man 2011a, 2011b, 2011c, em que a informação sobre a escavação da basílica, então ainda inédita, nem sempre foi suficientemente crítica). O capítulo em si mereceria uma revisão, que teria incluído uma quantidade de referências, fruto dos trabalhos mais recentes.

Os sexto e sétimo capítulos recolhem dois trabalhos académicos sobre a necrópole escavada à volta da basílica de Conimbriga, o de Lara Benítez Díez sobre “El cementerio medieval de la domus Tancinus”, apresentado na Universidade Autónoma de Madrid em 2008, e o de António Augusto Lapa Ventura, “Viver e morrer na casa de Tancinus”, apresentado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Departamento de Antropologia) em 2010.

São dois trabalhos sérios e metódicos, em especial o sétimo capítulo. Quanto ao sexto capítulo, deve ser dito que a consistência de algumas afirmações, aliás insuficientemente suportadas na documentação, é duvidosa numa análise mais aprofundada (Farinha 2012, 34-41), como já era visível em Quiroga e Díez 2008. Em suma: interessante como indicação geral de uma situação arqueologicamente observada, não estamos perante o tratamento da documentação arqueológica que o sítio, que teve escavações no passado e as vai continuar a ter no futuro, necessita para um evoluir continuado da investigação sobre um período tão importante da sua existência.

Estas observações são especialmente importantes quanto à integração no volume do oitavo capítulo, novamente por um de nós (ADM), desta feita em co-autoria com António Monge Soares, que trata das datações realizadas no Laboratório de Radiocarbono de Sacavém (complementando outras da mesma escavação) bem como da sua integração histórica e, *stricto sensu*, arqueológica. De um ponto de vista formal, aponta-se a mesma fraqueza dos capítulos precedentes, isto é, a falência do trabalho de edição: existe uma frouxa homogeneidade monográfica, causando uma sequência de pequenas e desnecessárias bizarras. De pouco vale ter certo tipo de dados dispersos num capítulo, e depois outros semelhantes, em raciocínios distintos, capítulos mais adiante. Também neste caso, os resultados foram publicados e já citados noutros artigos desde aquela entrega no ano de 2007 (De Man e Soares 2007, De Man 2012). Muito em especial o artigo de De Man, Martins e Soares 2010 teria podido contribuir para o capítulo (embora a referência conste da bibliografia geral, organizada pelo editor e usada por ele na já referida nota de rodapé).

O nono capítulo é, porventura, o mais importante do volume pois a “Análise, evolução e sequência crono-estratigráfica” identificada nas escavações é, naturalmente, a base de qualquer discussão séria do edifício e da sua utilização.

Tendo em conta o conceito que o primeiro dos autores do capítulo faz da historiografia da cidade, surpreende menos a declaração de originalidade da abordagem metodológica (que talvez não seja aparente para mais ninguém) e do “abandono” do sistema de referência das escavações luso-francesas que obviamente não poderia aqui ser aplicado, aliás como as próprias escavações luso-francesas não o utilizaram quando se tratava de escavar edifícios autónomos, identificados pelas escavações nos sectores dos primeiros momentos de escavação (quando não havia relações evidentes entre estratigrafia e arquitectura). Metodologicamente, os autores descobriram a água quente.

A explicação do avanço do projecto (p. 222-233) é útil, mas a compreensão dos problemas identificados e das soluções interpretativas propostas ganharia em ser tornada independente desse avanço (ainda que seja interessante ver como as problemáticas vão sendo geradas e resolvidas).

O elemento essencial do texto encontra-se entre as páginas 233 e 237, onde se estabelece a existência de oito fases distintas, que são ilustradas pelas figuras 127 a 167 (pp. 246-267) e, crucialmente, pelos diagramas estratigráficos das figuras 168-169 (pp. 268-269).

A primeira das fases identificadas é atribuída ao séc. III “un momento en el que tuvo lugar una significativa remodelación del tejido urbano de Conimbriga” (p. 233). O único elemento de datação significativo é uma moeda de Cláudio II, já que a sigilata encontrada nos estratos associados será, muito provavelmente material de arrasto, em posição secundária.

A principal inferência que os autores retiram desta conclusão, que reputamos ser insubstanciada, é a de que o edifício designado “domus de Tancinus” foi construído nessa data. Esta dedução não é aceitável, por motivos ligados à reconstituição da evolução urbanística da área.

Sabemos que, nesta zona sudeste da cidade, existiu uma fase antiga de construção que utiliza a técnica romana, mas que não segue os alinhamentos urbanísticos que se virão mais tarde a consolidar; é provável que esta fase de construção seja de época augustana (Correia 2004). Os autores do capítulo mencionam esta fase, mas não identificam (ou preferem não seguir) o argumento urbanístico.

Este argumento é o de que, no período flaviano, a extensão da intervenção urbanística na cidade regulariza esta zona, sendo nesta data que a casa de Cantaber adquire a sua fisionomia residencial definitiva (Correia 2001) e se constroem as termas da muralha (Correia e Reis 2000); a única conclusão que se pode retirar é a de que a insula onde se vai instalar a casa é delimitada nesta ocasião. E não há razões para fazer mediar mais de um século entre a delimitação da insula e a construção de uma residência no seu interior, até porque os mencionados materiais de arrasto documentam a ocupação do local nos finais do séc. I e ao longo do séc. II.

A escassa evidência de ocupação no sector leste da casa pode dever-se, como já foi referido, à probabilidade de aí ter existido, desde os finais do séc. I até aos finais do séc. III, um *viridarium*. Este facto também ajudaria a explicar o traçado da canalização proveniente da casa de Cantaber: instalada na fase pré-flaviana da insula, a canalização não teria sido obstáculo à configuração dada à *domus* pelos seus construtores e a passagem dela pelo jardim não levantaria problemas, nem técnicos nem jurídicos (pois era sempre possível o acesso para manutenção ou reparação); em datas posteriores a sua existência e, em qualquer caso, o seu traçado exacto, poderiam já não estar na memória das pessoas (e nem sequer temos a certeza de que a cloaca ainda funcionasse), o que explicaria o facto de as construções tardias se lhe sobreporem.

Por isto, as remodelações nesta zona que os autores identificam são, mais provavelmente, associáveis às primeiras alterações da residência, após a construção da muralha baixo-imperial que, ela sim, provocou significativas alterações na malha urbana de Conimbriga.

Por esta razão, permitimo-nos duvidar da existência da proposta fase 2, do séc. IV. Notam-se aqui, de forma gravíssima, as carências apontadas no estudo dos materiais: com efeito, os fragmentos cerâmicos das figuras 172 a 174, que são todos os dados de suporte do argumento utilizados, são para tal absolutamente insuficientes e, em alguma medida, desmentem eles próprios a utilização que lhes é dada. Por exemplo o bordo da fig. 172 é de uma panela de bordo revirado, forma muito comum em cerâmica calcítica (Fouilles V, nº 420: Alarcão 1975, 78) conhecida desde a época de Trajano e, portanto, provavelmente pertencente a materiais redepositados da ocupação antiga da casa, tal como as sigilatas identificadas pelos autores na fase anterior.

A fase 3 proposta pelos autores seria melhor compreendida pela apresentação de uma planta sumariando que muros e que estratigrafias são de facto associadas a ela. Parece todavia tratar-se de uma fase “difusa”, em que o espaço é ocupado, mas não substancialmente modificado do ponto de vista estrutural, com um conjunto de materiais que permitem sugerir consistentemente uma datação no séc. V. Neste ponto, até aqui, não se identificam problemas graves de interpretação; o mesmo não acontece daqui para diante.

A argumentação dos autores vai no sentido de negar a existência de um edifício de culto no local no período tardo-romano. Nada temos a opor, à partida, a esta interpretação, mas interessa-nos verificar a sua solidez, e não a encontramos, até porque os autores apresentam dados não comprovados, nomeadamente a datação de um muro subjacente ao *opus signinum* que pavimenta grande parte do edifício.

Trata-se de dois fragmentos adjacentes de um bordo de pote, que infelizmente não foi analisado no quarto capítulo e é apenas ilustrado por uma fotografia (fig. 185, esquerda; melhor na fig. 237) que certamente não é um vaso medieval, tratando-se mais provavelmente de uma peça afim de Fouilles V 406-411 (Alarcão 1975, 77), produzidos sobretudo entre a época de Cláudio e os finais do séc. II.

Em suma, este argumento não existe. O que se pode talvez dizer é que as fases 1 e 2 que são propostas correspondem às remodelações tardias de uma casa datando do séc. I e que a proposta fase 3 corresponde à ocupação final destes espaços, antes de se instalar o seu uso como necrópole.

As fases 4, 5 e 6 propostas (de que a 5 e a 6 são, por sua vez, “agrupadas”, sem que as razões verdadeiramente se percebam), mostram a evolução natural de uma densa necrópole urbana. Infelizmente, os autores abandonam qualquer esforço de associar a necrópole ao edifício. Sobre este, a única afirmação que é feita é a repetição do argumento da sua data tardia baseada no referido fragmento cerâmico. Tais afirmações têm portanto de ser refutadas, o que julgamos ter feito.

Os autores não se questionam sobre o seguinte: porque surgiram, a partir do séc. V, sepulturas nesta zona da cidade, na concentração com que documentadamente surgiram? Esta é uma pergunta legítima, e a sua resposta é um elemento, também legítimo, de interpretação do espaço como um edifício de culto cristão rodeado de enterramentos *ad sanctos*. Não é argumento suficiente para identificar uma basílica, mas não pode ser descartado sem mais. Quando um de nós tratou da datação de algumas sepulturas medievais (De Man, Martins e Soares 2010, reassumido em De Man 2011) deveria ter colocado em questão a própria qualidade das informações preliminares sobre as fases imperiais, que em retrospectiva carecem de sustentação.

As fases 7 e 8 documentam o abandono final da área e deixam também em aberto algumas questões que iremos abordar na nossa crítica ao capítulo seguinte.

O décimo capítulo, de António Martínez Tejera, desenvolve o argumento iniciado no nono capítulo, enfermando das deficiências que nele apontámos e de mais algumas que lhe são próprias, como já referimos a propósito d(a falta de uso correcto d)o artigo sobre a hidráulica e as termas.

O principal problema é o facto de, nem neste momento do estudo levado a cabo, os autores tratarem os dados que dizem (p. 222-223) ter recolhido sobre as estruturas arquitectónicas do edifício no seu todo, tratando-as como unidades estratigráficas ao mesmo título daquelas que escavaram. Esse seria o bom método de trabalho; lamenta-se que não tenha sido aplicado. O que nos é apresentado é uma crítica historiográfica às conclusões anteriores (que é legítima, mas que é inadequada ao progresso da investigação, porque não é contextualizada com a realidade observada) e uma proposta limitada à parte escavada de um edifício maior. Como o entendimento desta parte escavada tem, ele mesmo, deficiências graves, como vimos, as conclusões são inevitavelmente medíocres.

Não é este o local para os presentes autores se substituírem aos escavadores e autores do livro e fazerem a leitura da base de dados

sobre a arquitectura do edifício. Eventualmente essa base de dados será depositada no Museu Monográfico de Conimbriga e a investigação poderá então prosseguir.

Mas parece-nos adequado rever um problema essencial que já foi aflorado, o da pavimentação em *opus signinum* de uma parte substancial do edifício.

Quanto ao argumento cronológico, ele foi já descartado como imaterial.

Mas os escavadores parecem não ter compreendido o problema essencial: todo o edifício da “basílica” foi, num determinado momento, revestido a *opus signinum*. Pode-se afirmar que foi num único momento, pois, apesar do mau estado de conservação, não são visíveis remates ou costuras entre sucessivos espaços, pelo que se deve ter tratado de uma obra unitária. Este revestimento cobre a “capela”, a “nave” e os espaços envolventes do “implúvio/baptistério”. Todos estes espaços foram, portanto, utilizados num mesmo momento, independentemente da data concreta que a ele se queira atribuir.

Esta questão não é discutida por A. Martínez Tejera, que não maneja o dado essencial: que os vários espaços da antiga *domus* de Tancinus são ainda um edifício, reconhecível enquanto tal, quando a “basílica” é utilizada enquanto tal. Se não fossem, não teriam sido pavimentados unitariamente.

O segundo grande problema conexo a este é o do baptistério. Este problema, todavia, é muito deficientemente tratado, e tem-no sido na bibliografia em geral. Permitimo-nos todavia, sugerir que se parta do princípio interpretativo proposto em Reis e Correia 2006, 302-303, porventura com a visão mais restrita de Correia 2013, 148.

Cremos que a questão deve ser colocada da seguinte forma: existe um edifício de culto cristão em período tardo-romano, que inclui um baptistério instalado no que tinha sido o *impluvium* central da *domus*; para isto, as colunas do peristilo que rodeava o *impluvium*, passaram a suportar um *ciborium*, os muros envolventes foram reforçados e a colunata norte do peristilo foi fechada por outro muro, que criou um corredor de acesso à nave da basílica, com duas entradas para as alas envolventes do baptistério sob o cibório, a oeste e a leste. A questão em aberto é a de saber se o tanque do baptistério foi construído expressamente com esse fim nessa época, ou se foi reaproveitado o tanque do jardim pré-existente. Em bom rigor, esta questão não se pode decidir, é matéria de opinião, que no limite diverge mesmo entre os autores deste texto; não

vale a pena tentar discutir algo para que não há argumentos probantes e em que cada investigador fará as suas opções próprias, *prima facie* todas igualmente dignas de respeito: mas não é proveitoso perder de vista o que é retórico numa discussão e, por aí, hiper-criticar a questão essencial, perdendo também de vista os argumentos substanciais que a realidade arqueológica coloca objectivamente à nossa disposição.

Estes dois problemas, associados à questão da origem primeira dos enterramentos nesta zona, podem ser resolvidos com a simples hipótese de que existiu neste local um edifício doméstico que foi transformado em local de culto cristão algures no século V.

O terceiro grande problema da análise arquitectónica da basílica de Conimbriga é a ausência do estudo de Sérgio Vidal Álvarez (referido na n. 149, p. 290) sobre os fragmentos arquitectónicos; o desconhecimento dos autores do conjunto de materiais é, aliás, patente (p. 290), até quanto às condições actuais de depósito dos materiais e à necessidade de separar, de uma vez por todas, os materiais de Conimbriga dos da Eira Pedrinha, que deverão pertencer a outro edifício aí localizado.

Também aqui, não podem os autores de uma análise crítica substituírem-se por completo aos autores do trabalho, mas deveremos estabelecer alguns pontos importantes.

A quantidade de elementos de escultura decorativa proveniente de Conimbriga denuncia a existência de um, ou vários, edifício(s) de apreciável entidade, ou de um só que tenha sofrido algumas remodelações importantes. Isto poderá demonstrar-se mediante uma análise locacional dos achados e da comparação estilística com aqueles não contextualizados. Mas a importância da basílica é manifesta em qualquer análise informada.

O pequeno edifício cuja planta nos é proposta (fig. 252) não pode ter sido o suporte de toda essa escultura decorativa, razão pela qual é necessário admitir que existiu um edifício mais complexo, em data anterior, que foi, substituído pelo pequeno edifício de culto, centro da necrópole medieval. E, em abono desta perspectiva, pode até verificar-se que alguma da escultura decorativa foi encontrada já como reutilização ou reaproveitamento em muros confinantes da necrópole, testemunhando a complexa genética destas estruturas.

O autor não aborda uma outra questão, que é a cronologia e filiação artística deste tipo de escultura arquitectónica (entre outros, Manuel Real tem vindo a reflectir sobre o assunto; *vide* Real, 1995, 2000, 2006). Não o faz, e é pena, porque Conimbriga será certamente um sítio fundamental para levar a cabo essa discussão, quando forem

adequadamente manejados todos os dados relevantes. Também aqui há que aguardar a evolução da investigação, para o que se tinha esperado que o projecto BASPALCRIS, cujo principal relatório estamos a analisar, pudesse dar um contributo essencial, o que não se verifica. Não se compreende que, numa obra com pretensão tão ampla, não tenham sido aprofundados seriamente as configurações arquitectónicas e os estilos decorativos dos séculos VI a IX-X, temática que tanta discussão tem levantado ao longo das últimas décadas, em Espanha e Portugal.

O décimo primeiro e último capítulo sumaria os dados apresentados e tenta enquadrá-los no conhecimento sobre o período tardo-romano e medieval na cidade. É talvez o aspecto em que a decisão unilateral de Jorge López Quiroga de proceder isoladamente à edição do volume revela o seu erro fundamental em toda a sua extensão, pois os dados concretos das várias observações que é possível fazer acerca dessas ocupações em Conimbriga, tal como é apresentado, é, como mínima qualificação possível, superficial e desapoiado da bibliografia e da arquivística relevantes (Correia 2008). O autor (e editor do volume) navegou em águas requerendo um piloto mais experiente que ele. Só isto explica o carácter superficial da informação sumariada nas fig. 273 a 275, as conclusões paradoxais acerca da casa do mediano absidado (p. 328) e a incapacidade de integrar verdadeiramente o seu trabalho com o “programa de investigação” que todo o trabalho em Conimbriga constitui *ex natura* (sobre este ponto Correia 2011b, 160-162, citando Imre Lakatos).

Confira-se a este propósito a n. 254, p. 330, e afirme-se aqui: uma escavação pode nunca ter sido publicada, o que é lamentável em geral, mas no caso específico de Conimbriga isso significa apenas que os seus dados estão devidamente depositados para uso pela investigação posterior. J. L. Quiroga, que aproveitou dos benefícios desta situação, relativamente às escavações levadas a cabo na basílica, desprezou todavia esta posição institucional e de generosidade intelectual em favor de uma fácil preferência por um hipercriticismo estéril, que os presentes autores rejeitam peremptoriamente. Os muitos comentários que fazem sucedem, para além do demérito da matéria em apreço, a favor do referido programa de investigação, em que orgulhosamente se inserem.

O volume em apreço levanta sérias questões, de que até aqui sumariámos algumas, do ponto de vista técnico-científico. Uma edição convenientemente revista teria isentado o livro de algum demérito adicional. Salta à vista um sem-número de gralhas, naturais em versões

provisórias, mas talvez não em provas finais. A relação entre citações e lista bibliográfica final é também muito problemática. Mais indicativas são expressões como “a pátera de Emmanuelle” (p. 7), que confere logo nas primeiras páginas uma confrangedora dimensão anedótica ao texto. Uma curta referência também para a própria designação titular, copiosamente repetida, de “domus tancinus”, cujo sentido articulado não fica muito claro, nem em Castelhana, nem em Latim – para além da despromoção antroponímica para letra minúscula, onde está o genitivo? A casa que a tradição contemporânea atribui a Cantaber (algo que o editor equipara a certeza histórica; p. 10; p. 321) sofre tratamento igual, embora permitindo-se neste caso a manutenção da maiúscula. Outras expressões latinas apresentam problemas ao longo do volume e, na dúvida, será sempre preferível escrever em Castelhana.

Mas não podemos deixar de abordar a questão essencial, que é a do resultado da colaboração internacional que subjazeu ao projecto de que o volume aqui criticado publica os resultados e do seu contexto, tanto quanto um de nós (VHC) foi um dos co-directores do projecto e é o director do Museu Monográfico de Conimbriga.

Conimbriga é um sítio paradigmático da colaboração na investigação arqueológica internacional na Europa. O facto de uma experiência ter corrido mal não significa, nem significará, que o elemento primordial deste tipo de colaboração não é virtuoso. Este elemento representa a base do avanço científico, e continuará a ser valorizado com o mesmo interesse e empenho, no espírito a que o projecto franco-português das *Fouilles de Conimbriga* deu um auspicioso arranque.

O volume em apreço não é a primeira publicação sobre Conimbriga que, retrospectivamente, oferece menos do que aquilo que se poderia esperar. Arriscamos o prognóstico de que não será a última. Não é delas que cura a boa investigação científica, senão pelo “ruído” que provocam e que esta leitura crítica pretende diminuir.

O período tardo-romano e alto-medieval em Conimbriga foi um dos momentos cruciais da vida da aglomeração urbana, até pelas consequências históricas que o abandono da cidade teve para o povoamento da região e a evolução histórica do território que se tornou Portugal. A investigação continuará a debruçar-se sobre ele, olhando para o projecto BASPALCRIS como um parêntesis infeliz, classificação que também se aplica ao volume que aqui analisámos.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J., 1975: *Fouilles de Conimbriga – V – La céramique commune locale et régionale* (Paris, De Boccard).
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F. e ALARCÃO, A. M. E PONTE, S., 1976: *Fouilles de Conimbriga – VI – Céramiques diverses et verres* (Paris, De Boccard).
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. 1973: “L’architecture des cryptoportiques de Conimbriga (Portugal)”. In *Les cryptoportiques dans l’architecture romaine* (Roma, Collection de l’Ecole Française de Rome 14) 371-406.
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. 1977: *Fouilles de Conimbriga I, L’architecture* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., 1978: “Conimbriga”. *Universalis* (Paris, Ed. Libra), 458-471.
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., 1979: “Conimbriga, ville de Lusitanie”. *Latomus* t. 38, fasc. 4, 877-890.
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., 1981: “Les jardins à Conimbriga (Portugal)”. In *Ancient Roman Gardens* (Dumbarton Oaks, Harvard University, *Seventh Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture*), 69-80.
- ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R., 1986: “Archéologie et idéologie impériale à Conimbriga (Portugal)”. In *Comptes Rendus de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres-1986* (Paris, D. De Boccard,), 120-132.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. M. e PONTE, S., 1979: *Fouilles de Conimbriga – VII – Trouvailles diverses, conclusions générales* (Paris, De Boccard).
- ALARCÃO e SILVA, P. D. S., 2009: Construir na Ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga (Porto, Fac. Arquitectura da Un. Porto, diss. dout.).
- CORREIA, V., 1909: “De Conimbriga”. *O Archeólogo Português* 14, 259-61. (reimp. *Obras IV*, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis* 197 [1972], 287-90).
- CORREIA, V., 1928: “O domínio romano”. In Peres, D. (dir.), *História de Portugal* (Barcelos, Portucalense ed.) vol. I, 215-290.
- CORREIA, V., 1930: “Excavações em Conimbriga”. *Arte e Arqueologia* 1 (fasc. 3), 171-3. (reimp. *Obras IV*, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis* 197 [1972], 305-7).
- CORREIA, V., 1936: Conimbriga. *Notícia do ‘oppidum’ e das escavações nele realizadas* (Coimbra, Tip. Gráfica de Coimbra).
- CORREIA, V., 1941: “Las mas recientes excavaciones romanas de interes en Portugal. La ciudad de Conimbriga”. *Archivo Español de Arqueologia* nº 43, 257-267.
- CORREIA, V. H., 2001: “Conimbriga. Casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998”. *Conimbriga* nº 40, 83-140.
- CORREIA, V. H., 2003: *Conimbriga. Guia das Ruínas* (Lisboa, IPM).
- CORREIA, V. H., 2004: “Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.)”. In Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* (Coimbra, C.E.A.U.C.P.), 261-298.
- CORREIA, V. H., 2009: “Os espaços forais de Conimbriga”. In Mateos, P., Celestino, S., Pizzo, A. e Tortosa, T. (eds.) *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra*

- en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental* (Madrid, CSIC/IAM, *Anejos de AEstPA* 45), 397-406.
- CORREIA, V. H., 2011a: “Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal)”. In Basarrate, T. N. e Rodá, I. (eds.) *Roma y las provincias: modelo y difusión* (Mérida, MNAR, *Actas del XI Congreso Internacional de Arte Romano Provincial*), vol. 2 681-691.
- CORREIA, V. H., 2011b: “A pedra e o risco: arqueologia e arquitectura na investigação do fórum de Conimbriga”. In Dias, L. T. e Alarcão, P. (coords.) *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia, FAUP 2008: Interpretar a Ruína: Contribuições entre campos disciplinares* (Porto, FAUP Publicações), 157-170.
- CORREIA, V. H., 2013: *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana* (Coimbra, CEAUCP/DGPC/LAC).
- Correia, V. H. e ALARCÃO, P., 2008: “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”. *Conimbriga* nº 47, 31-46.
- CORREIA, V. H. (coord.), Oliveira, J. D.; Gomes, L.; Pereira, R. e ROSA, C., 2008: Pesquisa arquivística relativa a Conimbriga (1928-1962), (Conimbriga, AREAIV-Cultura 2000, policop.).
- CORREIA, V. H. e REIS, M. P., 2000: “As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana”. In Fernandez Ochoa, C. e García Entero, V. (eds.) *Termas romanas en el Occidente de Império* (Gijón, VTP editorial), 271-280.
- DE MAN, A., 2006: *Conimbriga, do Baixo-Império à Idade Média* (Lisboa, Ed. Silabo).
- DE MAN, A., 2011a: “Recent archaeological research on late and post-Roman Conimbriga”, *Madrider Mitteilungen* 52, 514-527.
- DE MAN, A., 2011b: *Defesas Urbanas Tardias na Lusitânia*, *Studia Lusitana* 6 (Mérida, Museo Nacional de Arte Romano).
- DE MAN, A., 2011c: “A transformação de Condeixa: espaços e funções alto-medievais”. In Gomes, R., Gomes, M. e Tente, C. (eds.) *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros* (Lisboa, IAP – UNL), 219-224.
- DE MAN, A., 2012: “A cerâmica de Qundâyixa”, *Arqueologia Medieval* 12, 33-39.
- DE MAN, A. e SOARES, A. M., 2007: “A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 10-2, 285-294.
- DE MAN, A., MARTINS, J., SOARES, A. M., 2010, “A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga”, *Arqueologia Medieval* 11, 5-9.
- DELGADO, M.; MAYET, F. e ALARCÃO, A. M., 1975: *Fouilles de Conimbriga – IV – Les sigillées* (Paris, De Boccard).
- DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948: *Ruínas de Conimbriga. Boletim Monumentos*, nº 52-53 (Lisboa, MOP).
- DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964: *Ruínas de Conimbriga – Consolidação de Mosaicos. Boletim Monumentos*, nº 116 (Lisboa, MOP).
- FARINHA, E. M., 2013: As necrópoles do espaço urbano de Conimbriga: inventariação, documentação e estudo de espólios associados (Coimbra, Faculdade de Letras, Relatório de Mestrado em Arqueologia e Território).

- GOLVIN, J.-C., 1994: “Conimbriga, telle que personne ne l’a jamais vue”. *Les Dossiers de l’Archéologie* nº 198, 50-55.
- QUIROGA, J. L. e DIEZ, L. B., 2008: “Un cementerio medieval en la domus tancinus de Conimbriga (Condeixa-a-Velha, Portugal). In Quiroga, J. L. e Tejera, A. M. (eds.) *Mórir en el Mediterraneo medieval* (Oxford, BAR), 199-231.
- REAL, M., 1995: “Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente peninsular”, *IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispànica* (Lisboa). Barcelona, 17-68.
- REAL, M., 2000: “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, *Anejos de AEspA XXIII*, 21-75.
- REAL, M., 2006: “A escultura decorativa em Portugal: o grupo “portucalense”, *Anejos de AEspA XLI*, 133-170.
- REIS, M. P. e CORREIA, V. H., 2006: “Jardins de Conimbriga: arquitectura e gestão hidráulica”. In Morel, J.P., Tresseras, J. J. e Matamala, J. C., *The Archaeology of Crop Fields and Gardens* (Ravello, CUEBC, *Studio, tutela e fruizione dei Beni Culturali* nº 2), 293-312.

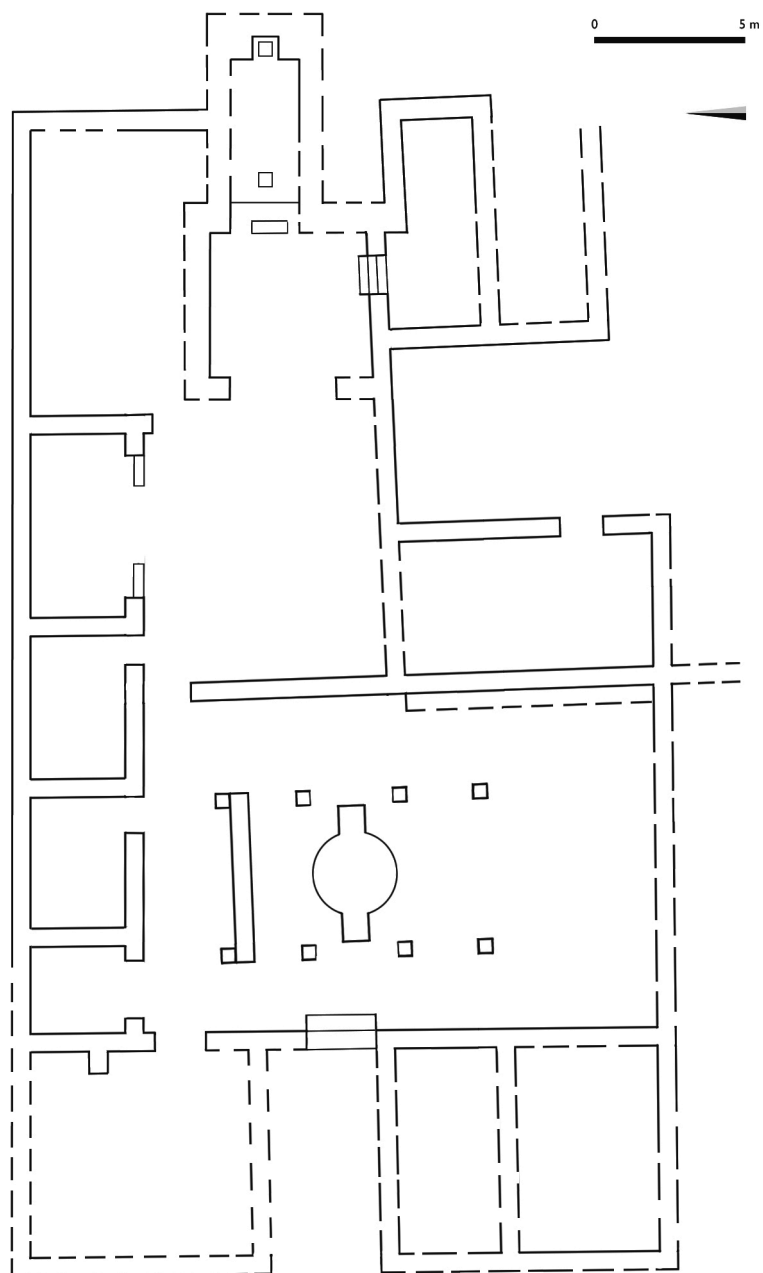


FIG. 1 – Planta indicativa das estruturas do edifício da basílica paleo-cristã de Conimbriga (segundo Farinha 2012, 133 [que recolhe os dados anteriormente publicados], incorporando os dados de Quiroga et al. 2013, 312, quanto à cabeceira do espaço de culto).



FIG. 2 – *Vista vertical do baptistério da basílica paleo-cristã de Conimbriga, no seu estado actual (Foto D. Pavone © Proj.BASPALCRIS/MMC/DGPC).*



FIG. 3 e 4 – Elementos de escultura decorativa recolhidos em escavações arqueológicas na basílica paleo-cristã de Conimbriga, ilustrando os dois motivos principais do programa decorativo: 1, Pilastra 73.CBas.79 (róleos de vinha); 2, Friso (?) 79.Bas.Q1 (hermicírculos secantes).

Apoio: Banco Santander

